

ARQUITETURA DO MEDO SOB A PERSPECTIVA DA PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO DESENHO AMBIENTAL (CPTED)

ARCHITECTURE OF FEAR UNDER THE PERSPECTIVE OF CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN (CPTED)

Mariana CEZAR GONÇALVES ¹
Pablo LIRA ²

Resumo: O presente estudo traz uma análise em torno da problemática da criminalidade violenta e sua influência na arquitetura das cidades. A violência urbana vem alterando a percepção dos moradores em relação as formas da cidade. Nesse contexto, os moradores das cidades contemporâneas passam a utilizar elementos de autoproteção para mitigar os efeitos causados pela criminalidade e medo relacionado a violência. Partindo de uma urbanização desorganizada e sem um planejamento adequado, as novas configurações socioespaciais e formas tem apresentado um novo padrão de construção, que potencializa excessivamente a segurança como um dos principais pontos das edificações. Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo identificar as formas de autoproteção empregadas e investigar as causas para a nova configuração socioespacial pertinente na Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chaves: Arquitetura do Medo, Elementos de Autoproteção, Segurança.

Abstract: The present study presents an analysis about the problematic of violent crime and its influence on the architecture of cities. Urban violence has altered the perception of the residents in relation to the forms of the city. In this context, residents of contemporary cities use elements of self-protection to mitigate the effects of crime and fear related to violence. Starting from a disorganized urbanization and without adequate planning, the new socio-spatial configurations and forms have presented a new pattern of construction, that excessively potentiates the security like one of the main points of the buildings. In this way, the present study aims to identify the forms of self-protection employed and to investigate the causes for the new socio-spatial configuration pertinent in Architecture and Urbanism.

Keywords: Architecture of fear, Elements of self-protection, Security.

Introdução

A criminalidade violenta que traz desde seus primórdios a insegurança aos habitantes das cidades, demonstra como o medo se instala no cotidiano urbano, configurando-se parte diretamente ligada à modificação das cidades e da Arquitetura com a inserção de novos elementos para a proteção pessoal e do patrimônio. Essas modificações têm como fundamento “as paisagens do medo” (TUAN, 2005), cujas inserções possuem papel fundamental na tentativa de garantir a sensação de segurança, modificando a paisagem urbana.

Cada vez mais percebemos o uso de sistemas de autoproteção, por parte dos moradores como forma de se protegerem, gerando segregação espacial, muito por considerarem determinados grupos sociais como perigosos, havendo necessidade da distinção espacial entre ambos. Como forma de segregação e delimitação espacial, também de espaços

¹Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Vila Velha (UVV) Brasil. E-mail: marianacezarg@gmail.com;

² Doutor e Professor da Universidade Vila Velha (UVV) Brasil. E-mail: pabloslira@gmail.com

públicos e privados, utilizam elementos do sistema prisional e privatização da segurança, dando aspectos a cidade de fortes imperiais e recriando verdadeiras cidades de muros (CALDEIRA, 2000). Porém a Arquitetura que desenvolve papel de norteadora nas decisões urbanas, pode e deve contribuir para a segurança das cidades/residências e mitigar os impactos causados pelo temor da violência urbana.

A imagem que temos da cidade atual, independentemente de sua localidade, é apenas uma reprodução de um todo, muros altos fechados, casas com cercas elétricas, arames, com pedaços de vidro, totalmente enclausuradas e muita das vezes mesclando esses elementos de proteção. As residências não possuem conexão com a rua ou com a cidade que as envolve, o que traz a falsa impressão de segurança aos moradores, indo na contramão da teoria dos “olhos da rua” (JACOBS, 2000), que torna a vigilância natural um fator de extrema importância para os estudos sobre o espaço urbano. Newman (1996) em sua obra sobre os “Espaços Defensáveis” relata a importância da visibilidade compartilhando da mesma perspectiva de Jacobs, da necessidade da integração entre o espaço público e as edificações, porém divergindo em relação as pessoas desconhecidas, enquanto Jacobs os consideram importantes peças na prevenção do crime pois trazem vitalidade e rotatividade no espaço, Newman os consideram como potenciais criminosos.

Assim como as perspectivas de Jane Jacobs e outros pesquisadores, o estudo em questão teve como base o *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED)³, que resultam em estratégias de prevenção do crime através do desenho urbano, muito utilizado para referenciar e direcionar diretrizes a um espaço urbano, minimizando as chances de crimes.

Diante das ideias acima citadas, percebe-se o potencial do Desenho urbano como instrumento a contribuir para a melhoria da segurança das cidades e residências, através de pontos importantes como: a vigilância natural, territorialidade, o controle de acesso, reformulação espacial, manutenção dos espaços públicos, diversificação de usos, entre outros itens.

Metodologia

Este estudo se baseou em uma pesquisa bibliográfica, que possibilitou a contextualização do tema principal, estruturada a partir de pesquisadores de referência na temática da criminalidade urbana violenta e reflexões sobre as relações entre a violência e a cidade (NEWMAN 1996; CALDEIRA, 2000; JACOBS, 2000; LIRA, 2014).

Além de norteadores da pesquisa, os autores citados favoreceram o delineamento de importantes questões para este trabalho, como a arquitetura do medo (LIRA, 2014) e seus reflexos no espaço urbano e no cotidiano das pessoas. Jacobs (2000) em sua obra “Morte e Vida nas Grandes Cidades” relaciona a problemática da falta de vitalidade urbana com os espaços ociosos e impulsiona a diversidade de usos e conexão visual entre a rua e as edificações. A referida autora determina fatores como pontos essenciais para tornar as cidades mais ativas, nos direcionando a interpretar a situação das cidades contemporâneas.

Caldeira (2000) aborda em sua obra “Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo”, as transformações socioespaciais como justificativa para o medo da violência, fator que é abordado e estudado na referida obra. Buscando entender as modificações do espaço devido as novas configurações cotidianas e sociais, sob a perspectiva dos moradores da região pesquisada, através de entrevistas e questionários.

³ Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano-ambiental, em português.

Referencial teórico

Desde a década de 1960 quando a temática da criminalidade violenta começou a ser disseminada dentre as áreas de pesquisa, novos autores e pesquisadores começaram a utilizá-la como base a novas perspectivas. Essas perspectivas são aprofundadas constantemente com as pesquisas realizadas atualmente e que possibilitam o entendimento da problemática nos diversos campos de estudo no decorrer dos anos.

Os principais pesquisadores para o estudo aqui em desenvolvimento (NEWMAN 1996; CALDEIRA, 2000; JACOBS, 2000; BONDARUK, 2007) se juntam a tantos outros autores com formações acadêmicas diferenciadas, que aprofundam análises nas mais variadas óticas sobre a percepção do espaço, utilizando essa temática para nortear estudos e se basear, para o entendimento da criminalidade nas cidades.

A abordagem teórica do CPTED - *Crime Prevention Through Environmental Design* (Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano-ambiental), bem disseminada, principalmente, nos EUA e que será abordada melhor adiante neste estudo, foi difundida pelo criminologista Ray Jeffery na década de 1970, trazendo à tona a importância das discussões sobre os espaços públicos, partindo da premissa do olhar do criminoso as oportunidades da prática dos atos delituosos, analisando as principais características do espaço externo como ponto principal para a redução das chances para o cometimento de crimes.

Em 1961, ainda nos EUA, Elizabeth Wood, realizou estudos sobre a configuração do espaço em relação as habitações sociais, com o questionamento da qualidade dos espaços para as residências americanas e a perfeita incorporação na arquitetura de estruturas que se assemelham as encontradas em quartéis e prisões. Elizabeth sugere para as novas instalações, a dinamização de usos e comércios existentes, com a multifacetada forma de implantação da diversidade de usos, intensificando a quantidade de pessoas nas ruas resultando no melhoramento da segurança urbana.

A interpretação de Elizabeth Wood sobre as configurações socioespaciais, é amplificada pelas diretrizes propostas por Jane Jacobs (2000), que trouxe novas perspectivas de análises sobre as cidades expandindo o entendimento de teóricos e profissionais sobre como planejar as cidades.

Em sua obra “Morte e Vida de Grandes Cidades”, a autora faz uma ampla crítica a forma empregada no planejamento racionalista que resultava em cidades monótonas. A separação das atividades, reprodução de muros fechados e o enclausuramento dos edifícios, tornam as ruas inseguras, extinguindo a verdadeira função da cidade, sob o olhar da autora. Jacobs (2000) discursa em seu estudo sobre a necessidade de haver a integração entre espaços públicos e privados e do contato perdido entre os usuários e as edificações.

A falta de interesse e percepção dos transeuntes sobre o que os rodeia, é pressuposto como ponto principal para a necessidade de restabelecer a vitalidade das ruas, hoje extinta das cidades. Sendo assim, através do que Jacobs determina como “os olhos da rua”, quando caracteriza a segurança urbana a partir da reativação das atividades sociais das cidades, a estimulação ao uso das calçadas e casas voltadas para a rua, resultariam na recuperação de áreas perdidas, cortiços, na diversidade de usos, e na vida ativa das ruas, que juntos aos elementos da cidade tornam-se fatores norteadores a serem analisados e difundidos como base para novos modelos de planejamentos urbanos.

Oscar Newman, arquiteto e urbanista, trouxe o debate sobre o espaço defensável, em 1996, com a perspectiva do ambiente urbano sob as análises das características arquitetônicas e urbanísticas. A teoria sobre os espaços defensáveis, abordados por Newman, teriam como estratégias o controle territorial e a criação de limites em espaços públicos, tornando os potenciais delinquentes facilmente reconhecíveis ao adentrarem em espaços monitorados naturalmente pelos moradores da região, devido à restrição do acesso imposto.

Ao utilizar como referência o complexo habitacional com 3.000 unidades em St. Louis nos EUA, tendo em vista o programa básico para habitação, Newman, demonstra a falta de identificação dos moradores ao espaço que vivem denominando o termo territorialidade, que será abordado mais detalhadamente a frente, como fator para tornar espaços mais ociosos, propícios a atos de vandalismo e criminalidade.

Jan Gehl (2013) em seu livro “Cidade para as pessoas”, retrata a relação cidade/usuário sobre as escalas humanas reproduzidas na cidade, em uma crítica a identificação dos edifícios altos, afastando os usuários das cidades do convívio nos espaços públicos e dos “olhos da rua”, dialogando com a análise de Jacobs (2000) que aborda a vigilância natural como precursora nas diretrizes para mitigar a problemática da criminalidade, e retrata as características físicas das quadras como opções de permeabilidade visual na contribuição as ideias anteriormente mencionadas.

Ao redor do mundo renomados autores de obras conhecidas sobre o planejamento urbano relacionaram suas análises a temática. Assim como os autores já mencionados neste estudo, que nortearam suas pesquisas sobre a problemática do crime nas cidades, no Brasil, o tema se transcorre como nova forma de entendimento e amadurecimento das cidades contemporâneas. Ao relacionarmos a temática da criminalidade violenta atualmente no Brasil, identificamos autores que discursam sobre, dialogando com as análises feitas sob o olhar dos autores precursores no assunto (CALDEIRA, 2000; LIRA, 2014).

Caldeira (2000) em seu livro “Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo” discute a criminalidade sob a perspectiva dos moradores em relação as transformações socioespaciais do bairro Mooca, na referida cidade. Essas modificações foram causadas com a chegada de novos moradores que condicionaram sobre os espaços urbanos os reflexos sociais sofridos nas cidades, causando o que chamamos de segregação, quando a fragmentação da cidade se desdobra sobre características físicas, econômicas ou sociais.

A partir da estrutura dos espaços e inserções na arquitetura local, a configuração do medo resultante de pontos importantes sobre o fracasso da justiça e da polícia, correlacionando a segregação espacial, separação e degradação das vidas públicas, foram considerados os principais fatores que impactaram mudanças sociais ocorridas na região.

Outro difusor no Brasil sobre tal temática, é Bondaruk (2007). O citado autor trabalha sobre as formas de prevenção do crime através do desenho urbano, confirmando os pontos estratégicos do CPTED como a mais ampla e intensificada forma de prevenção da criminalidade ao espaço construído. Bondaruk utiliza a base do CPTED para direcionar suas análises, levando em consideração as prerrogativas dos criminosos sobre os espaços utilizados para o cometimento de atos delituosos. Bondaruk utilizou como campo de pesquisa para seu estudo, os presídios, procurou conversar com criminosos e entender os motivos de tais relações entre os espaços e o cometimento de crimes, com o objetivo de descobrir as reais influências sobre os criminosos ao espaço escolhido e referenciando as principais características encontradas nas residências que seriam determinantes para tornar-se um local mais ou menos vulnerável a tendência de crimes.

A Universidade Federal Fluminense disponibiliza no portal ARQVIOL (Arquitetura da Violência) uma pesquisa sobre os reflexos da violência e as transformações na arquitetura em função da criminalidade violenta. Segundo o grupo de pesquisa ARQVIOL que é coordenado pela Professora Sônia Ferraz, por conta do crescimento da sensação de insegurança nas cidades um novo padrão construtivo foi gerado na arquitetura em função da segurança almejada pelos habitantes, principalmente nas residências. Dois dos grandes centros urbanos brasileiros: São Paulo e Rio de Janeiro, demonstraram configurações socioespaciais, arquitetônicas e urbanísticas relativamente idênticas em função da mesma problemática.

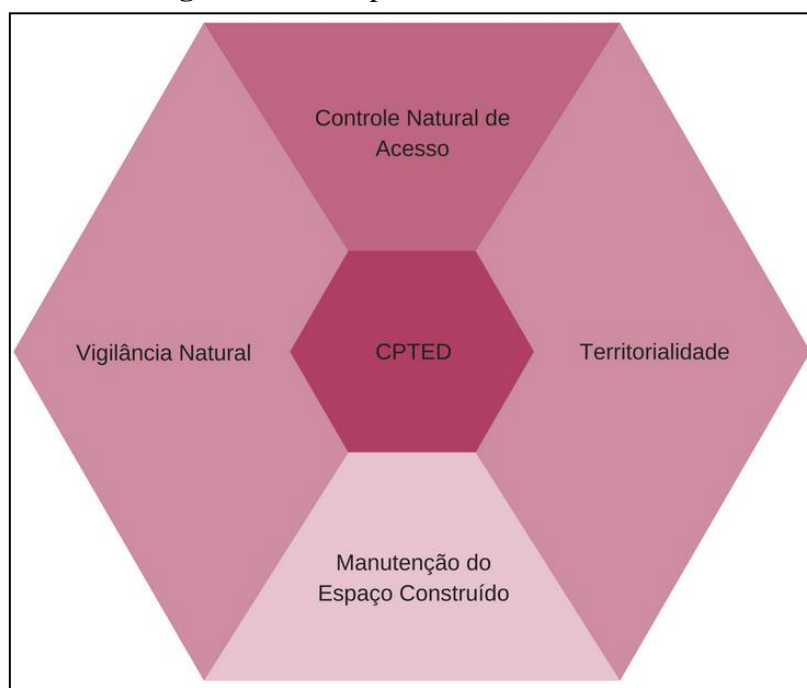
Existem vários autores que relatam e aprofundam estudos sobre o problema da criminalidade violenta nas cidades baseados nas mais diversas vertentes e formações profissionais. A fundamentação do CPTED, difundida por Ray Jeffery na década de 1970, torna-se a base e norteadora de diversas análises, aprofundamentos e conclusões referenciadas na cidade contemporânea.

Perspectivas teóricas do CPTED

Sob as prerrogativas do *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) analisando o espaço urbano desde os primeiros estudos na década de 1960, que determina diretrizes e propõe estratégias para mitigar a ação de criminosos na prevenção do crime através do espaço urbano sobre o ambiente construído. Pesquisas de comportamento criminal revelam que a decisão ou não de realizar o delito estão mais relacionadas a possibilidade de ser pego praticando tal ato do que a dificuldade de invadir os locais.

Ao analisarmos a base do estudo utilizado para gerar as diretrizes de prevenção do crime através do desenho urbano, quatro pontos importantes são identificados como precursores dos estudos e são difundidos por autores relatados anteriormente, quando se analisa a criminalidade e o espaço urbano, são eles: vigilância natural, controle natural dos acessos, territorialidade e manutenção dos espaços públicos (CPTED - GUIA DE BOAS PRÁTICAS, 2013). Baseados em tais princípios, as estratégias do CPTED procuram enfatizar o risco de percebido e apreendido.

Figura 1 - Princípios básicos do CPTED.



Elaboração: Mariana Cezar – 2016.

Os quatro pontos estratégicos do CPTED, possuem função de nortear novas instalações em espaços construídos, mitigando os problemas com a violência que faz parte do cotidiano das cidades. A vigilância natural refere-se à vitalidade das ruas e principalmente das cidades, como forma de aumentar a quantidade de pessoas nos espaços públicos, trazendo a sensação de segurança.

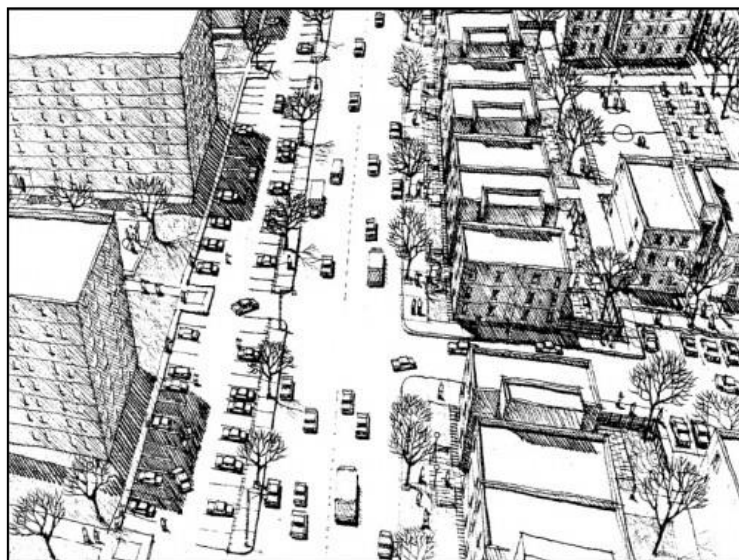
Na territorialidade e manutenção do espaço público, identificamos a sensação de pertencimento dos moradores para com o local onde estão inseridos, enquanto no controle de acesso visualizamos a inserção de elementos para distinção do espaço público para com o privado. Embora os princípios citados tenham referência em um mesmo espaço construído, a identificação individualmente desses pontos estratégicos cabe para um melhor entendimento do CPTED.

A vigilância natural, um dos principais pontos do CPTED, norteia a permeabilidade visual dos espaços, quando há a possibilidade do “ver e ser visto”, discutindo sobre a importante ligação entre os usuários das cidades e sua função intuitiva de observar o entorno. Em locais com uma grande diversidade de usos, pessoas e funções, torna-se intuitiva a necessidade de caminhar e observar ao redor, diferentemente de quando estamos em espaços de uso monofuncional, como um bairro residencial por exemplo, sabemos que o que vamos encontrar será sempre a reprodução de edifícios altos e em vários espaços, não nos oferecendo a curiosidade de contemplar o entorno e rejeitando a interação com o espaço.

Muito característico dos estudos de Jacobs, que desde a década de 1960 traz as problemáticas dos espaços urbanos, a vigilância natural permeia como base central em seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades* (2000), quando a autora relata sobre: “A própria diversidade urbana permite e estimula mais diversidade” (JACOBS, 2000, p. 159), como reafirmação da necessidade da diversificação de usos e interações do usuário com o entorno, como norteadores para aumentar a vitalidade local.

Quando analisamos a configuração das quadras e disposição dos edifícios, Newman e Jacobs entram em discordâncias teóricas, enquanto ambos defendem a diversidade de uso como potencial ponto para o aumento da vitalidade e vida urbana nos espaços públicos, mas divergem na ideia de inserção de grande quantidade de usuários desconhecidos ao local.

Figura 2 - Tipologias de quadras referenciadas por Newman.



Fonte: Newman (1996).

Jacobs (2000) defende a vigilância natural, com a inserção de usos, pessoas e funções, e afirma que a quantidade de “olhos da rua” serve para garantir a sensação de segurança, enquanto Newman, os determina como potenciais criminosos, ao nível que a quantidade de pessoas no espaço seja elevada, podendo camuflar criminosos entre os moradores. Porém, ambos defendem a permeabilidade visual da paisagem, com quadras curtas e tipologias

diferenciadas para a inserção e curiosidade das pessoas como forma de reforçar a vigilância natural e a territorialidade, aumentando a vitalidade das cidades.

A territorialidade foi difundida por Newman em 1996, em seu estudo sobre o “*Creating Defensible Space*” (Teoria do Espaço Defensável), relatando a relação do indivíduo ao espaço em que está inserido. Em sua análise ao conjunto habitacional em St. Louis nos EUA, fez uma reflexão sobre o posicionamento das pessoas diante das instalações residenciais adequadas às suas necessidades, mas não se importarem com os cuidados, como se não se identificassem com o local em que estão inseridos, tornando os espaços públicos em locais propícios a atos de vandalismo.

Newman, critica a inserção de números elevados de pessoas a espaços reduzidos, “quanto maior a quantidade de pessoas, menor é a identidade deles para com aquele espaço”, como se fossem apenas números dentre tantos moradores, deixando de se sentir parte de um todo, como justificativa de uma maior identidade dos moradores com o local onde estão habitando caso se sintam parte integrante do espaço.

Outro ponto estratégico do *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED), o controle natural de acesso, estabelece a utilização de elementos físicos como forma de separação entre os espaços privados e semiprivados, restringindo a oportunidade de indivíduos adentrarem aos espaços privados sem a devida identificação.

Ocorre que a partir da vasta criminalidade presenciada nas cidades, a restrição ao acesso em determinados espaços privados e a delimitação territorial entre público e privado ocorrem quase que naturalmente no tecido urbano, sendo utilizada hoje como forma de segregação e delimitação entre as áreas elitizadas da cidade. Caldeira (2000), relata sobre a utilização de muros altos e fechados, nos considerados enclaves fortificados, que ocasionam a segregação de espaços e a delimitação entre até onde os indivíduos não identificados podem adentrar, configurando-se também como uma vertente do controle de acesso, ao delimitar as áreas públicas das áreas privadas.

Figura 3 - Residência com muro elevado, rua Antônio Honório, Vitória, ES, 2017.



Fonte: Acervo Pessoal, 2017.

O controle natural de acesso em relação ao desenho urbano, determina a utilização de cancelas, catracas, guaritas ou vegetação espinhosas que impeçam a aproximação e acesso de criminosos. A utilização de elementos característicos das residências como portas, portões e janelas são utilizados também em espaços residenciais ou comerciais como barreiras físicas, inibindo a aproximação de criminosos.

Tendo em vista as formas como as vegetações e barreiras físicas são introduzidas para caracterização da restrição de acesso, deve-se se atentar as suas formas de utilização. Os elementos físicos que podem contribuir para o controle de acesso podem ocasionar na obstrução visual onde será implantada as arborizações, podendo refletir-se em riscos também às potenciais vítimas, dificultando a fuga e pedido de ajuda.

A manutenção do espaço público, embora não seja considerada uma diretriz que considera elementos físicos, está englobada dentre as análises teóricas e diretamente ligada as questões de territorialidade tratadas por Newman (1996). Ao determinar função reguladora e explicitadora entre os espaços públicos e privados ligadas ao nível de pertencimento e identificação das pessoas aos locais de moradia, como forma de prevenção a atos de vandalismo e manutenção dos locais.

Figura 4 – Ponto ocioso e local de despejo de lixo, rua Henrique Rossetti, Vitória - ES, 2017.



Fonte: Acervo Pessoal, 2017.

A manutenção dos locais públicos possui a finalidade de distanciar os criminosos dos possíveis lugares para praticar seus atos. Locais com sinais de abandono, degradação na infraestrutura ou com espaços perceptíveis a falta de manutenção, geram aos criminosos interesse e atenção ao espaço referido, tornando-se alvo pela imagem precária que passam aos usuários do local, que se distanciam dos espaços públicos os deixando cada vez mais vulneráveis.

Baseados nas diretrizes aqui apresentadas sobre o CPTED, que determina ações a serem desenvolvidas no espaço urbano a fim de mitigar os impactos causados pela criminalidade, identificamos que a sociedade ainda se apropria da utilização de elementos de autoproteção emoldurando as residências da cidade contemporânea, configurando novas paisagens e estruturas arquitetônicas, em detrimento de diretrizes já estudadas e que apontam as melhores formas de apropriação dos espaços públicos, influenciadas pela cultura do medo.

A cultura do medo

O medo pode ser definido como um “sentimento de viva inquietação ante a noção de perigo real ou imaginário, de ameaça; pavor, temor”⁴, e pode ser considerado o principal fator inibidor das atitudes cotidianas na sociedade contemporânea, tornando-se remediador nas

⁴ Mini Aurélio: Dicionário da Língua Portuguesa, 2010, pag. 496.

decisões humanas. Em função do medo, a ansiedade e angústia causada pela antecipação dos riscos, caracterizam uma sociedade cada vez mais em alerta sobre as ações de criminosos na tentativa de concretizar roubos, furtos e homicídios.

[...] a sociedade moderna - substituindo as comunidades solidamente unidas e as corporações (que outrora definiam as regras de proteção e controlavam a aplicação dessas regras) pelo dever individual de cuidar de si próprio e de fazer por si mesmo - foi construída sobre a areia movediça da contingência: a insegurança e a ideia de que o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade (BAUMAN, 2009, p. 52).

Confluindo nesse sentido, Souza (2008), utiliza o termo “Fobópole” que resulta da combinação das palavras gregas *phóbos* (medo) e *pólis* (cidade) (SOUZA, 2008, p. 09), para retratar a relação de medo iminente vivida atualmente entre os cidadãos. Sobre a temática do medo, Souza (2008) relata a forma que a sensação de insegurança é empregada, ao tratarmos bairros mais pobres como os mais inseguros, segregando os espaços e justificando dessa forma o preconceito aos que são considerados indesejados.

Quando a imagem vivenciada é da iminente presença da configuração do perigo em todos os lugares, independentemente das características socioespaciais e classes sociais ali encontradas, as pessoas vivem com medo de locais mais ou menos privilegiados e isso não se difere pelo território ocupado.

Caldeira (2000) retrata o processo da violência vivida na cidade de São Paulo, e que pode ser identificada facilmente em tantas outras cidades, sobre a dificuldade do poder público juntamente a polícia de garantirem a segurança nas cidades, com a justificativa dos reflexos urbanos sofridos na urbe paulistana. Assim como Souza (2008), Caldeira demonstra o repúdio à segregação configurada nos espaços, justificando a necessidade de aproximação da diversidade de uso, de pessoas em horários distintos, como foco para aumentar a segurança urbana e diminuição do medo.

Outro autor que aprimorou a análise sobre os reflexos sociais relativos ao medo como objeto de estudo, foi David Harvey, em seu livro sobre as “Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”. Harvey (2014) discursa sobre a forma como a sociedade vive com medo e mantém a degradação das formas sociais e a utilização de meios para as elites conseguirem delimitar o poder sobre as decisões urbanas, segregando a cidade e negligenciando alguns espaços em detrimento da privatização da segurança pública em outros.

Ao entendermos a função da cidade influenciada pelo medo buscamos formas de retratar as nossas problemáticas sobre as casas e cada vez mais no enclausuramos por conta do medo referente à violência. A forma como a exclusão de determinados grupos sociais é empregada, diferencia-se sobre as classes sociais, objetivando no desaparecimento de transeuntes, tornando os locais menos ociosos e transmitindo a errônea identidade das cidades com comunidades inteiras muradas e espaços públicos vigiados.

Bauman, traz a perspectiva sobre “o constante medo de ruas inseguras afastar as pessoas dos espaços públicos e das possibilidades de criação de espaços para a vida pública” (BAUMAN apud FERRAZ *et al.*, 2015, p. 8). Ao cultivarmos o medo como parte integrante de nossas ações cotidianas, configuramos atitudes diferenciadas ao nos aproximarmos do constante medo aparente, tornando as ruas em locais propícios para o cometimento de atos delituosos, disseminando o medo como ferramenta de afastar a população das ruas e espaços públicos.

A proteção patrimonial possui função base de influenciar nos atrativos econômicos, surgindo como foco das mídias e anúncios de jornais, que analisam os perfis construtivos

sobre os novos arranjos habitacionais e disseminam entre todos a cultura do medo, traduzindo a arquitetura em formas agressivas e às vezes repulsivas ao delimitar de forma incisiva, os espaços públicos de privados com a utilização de novas tecnologias e elementos de autoproteção. Sobre esse aspecto, cabe destacar que existe um “[...] vasto mercado de materiais e tecnologia que se alimenta do crescente pânico social e das práticas de exclusão em nome da proteção e da segurança” (FERRAZ; LIMA; RAMOS, 2015, p. 10).

A mídia fornece hoje base para a reprodução da cultura do medo inserida no dia a dia das pessoas, distribuindo dados e estatísticas a todo momento sobre a violência nas cidades, motivadas pela necessidade de informação da sociedade influenciando diretamente as novas configurações espaciais e rotinas dos habitantes. Da mesma forma, fica evidente a repercussão da temática do medo ao se conversar com amigos e familiares, praticamente todos sofreram, conhecem alguém ou já ouviram histórias de quem foi vítima de criminosos, impulsionando a cultura do medo a ser parte de debates e informações além das mídias.

A breve discussão sobre a causa e configuração do medo das cidades aqui empregada, evidencia a necessidade de ampliar as análises sobre a relação do medo que influenciam as modificações das paisagens urbanas, que se tornam referências a este estudo. No subcapítulo a seguir, será retratada a percepção de teóricos sobre a configuração e as principais características que compõem a paisagem urbana.

Configuração da paisagem urbana

Diante do olhar de Jacobs (2000) sobre a diversidade urbana necessária para compor os espaços, a autora relata sobre a configuração da paisagem urbana quando cita: “A paisagem urbana é viva graças ao seu enorme acervo de pequenos elementos” (JACOBS, 2000, p. 162). Os elementos citados por Jacobs, podem ser entendidos como diversas características físicas ou naturais que constituem o espaço urbano.

Gordon Cullen (1983), em seu livro “Paisagem urbana”, define as paisagens urbanas como uma forma retilínea de entendimento do emaranhado de ruas, edifícios e espaços que configuram as cidades, transpassando por três aspectos importantes para a organização dos espaços: visão serial, local e conteúdo.

A visão serial é formada pela percepção do usuário em relação as cidades e a sequência visual dele para interpretação do ambiente em que está se transpassando, como a quadra, a rua, o edifício e toda sequência serial, sobre onde está localizado; o local, refletindo sobre a posição do indivíduo ao ambiente em que está inserido; e o conteúdo, relacionado sobre a configuração física e estética das cidades, analisando, cores, texturas, escalas, setores da malha urbana. As formas de interpretação de Cullen, nos ajudam a organizar os pequenos elementos que compõem toda a paisagem, antes citados por Jacobs, quando o autor retrata as premissas estéticas do espaço como características importante para composição das paisagens urbanas.

As importantes compreensões das paisagens vão além dos aspectos físicos, citados anteriormente, que podem ser identificados visualmente. Ao entendermos as atuais paisagens das cidades, podemos compreender as suas constantes evoluções, resultadas de fenômenos podendo ser naturais, sociais ou econômicos das cidades. As paisagens urbanas concretizadas hoje dentre suas novas configurações, nos mostram a importância do conhecimento ao que chamamos de paisagens do medo (TUAN, 2005), quando interligamos as formas da arquitetura atual a paisagem retratada nas cidades contemporâneas.

A partir da inserção de elementos de autoproteção e tecnologias, na busca pela segurança, as características visuais das cidades foram transformadas. O que gerou uma nova

percepção do espaço, considerado arquitetura do medo (LIRA, 2014), que é abordada a seguir.

Arquitetura do medo

Na atualidade vê-se a inserção de elementos nas edificações, reconfigurando as paisagens das cidades, sob a influência da cultura do medo. A arquitetura do medo (LIRA, 2014) está diretamente ligada a essas novas configurações da paisagem urbana, que sofrem constantemente modificações arquitetônicas e urbanísticas derivadas do medo presente nas cidades.

As formas de autoproteção impostas, divergem sobre os conceitos abordados anteriormente, quando identificamos os muros com tipologias de fortalezas, tornando-se cada vez mais altos e fechados, as casas compartilham a cada dia do enclausuramento moderno (CALDEIRA, 2000) e são implantadas com as suas faces voltadas ao interior dos lotes.

A percepção diante das imagens da cidade hoje, são apenas reproduções e inserções de elementos da idade média, quando se utilizavam muros altos e torres de vigilância para se resguardar e se prevenir do inimigo, objetivando na guarda e privacidade das fortalezas e principalmente dos presídios, que utilizavam esses elementos como barreiras aos possíveis criminosos.

A variedade que se vê atualmente dos elementos de autoproteção são diversificados conforme a tecnologia e necessidade de aprimoramento da segurança torna-se necessárias, diferenciando dos elementos que eram vistos antigamente, mesmo que elementos característicos da idade média ainda são reproduzidos facilmente hoje em dia, é possível identificar nas cidades, desde rolos de concertinas, lanças, muralhas, torres de vigia, a elementos mais modernos, como as câmeras de videomonitoramento e as cercas elétricas.

Os dispositivos fabricados a partir de elementos metálicos são os mais recorrentes nos sistemas de autoproteção vistos atualmente, revertendo sua principal utilização existente antigamente. No século XIX os elementos metálicos eram utilizados para delimitação de espaços territoriais públicos e privados, entre lotes, ruas e calçadas, através de ornamentos nos portões e muros, e peças de embelezamento fundamentais para a composição da arquitetura residencial da época.

Hoje os elementos metálicos são os símbolos contundentes do medo e o ferro delimitador tem na caracterização da rua uma expressão simbólica de exclusão, individualismo, gentrificação e repulsa pelo “outro”, como revelam as lanças, os espetos, as unhas, a concertina, o fechamento cego, a caserna (FERRAZ; LIMA; RAMOS, 2015, pag. 7).

Quando hoje o que se vê são elementos metálicos e por vezes eletrificados, como é o caso das cercas elétricas, as vezes camufladas dentre a vegetação existente, que descaracterizam as edificações e inibem a relação das pessoas com a cidade, tornando-se armadilhas aos habitantes ao se apropriarem de espaços públicos, como as calçadas e muros que deveriam apenas delimitar os espaços territoriais.

O medo fica tão evidente na nossa sociedade, que por vezes é utilizado como elemento de interesse econômico. Os conhecidos hoje como loteamentos fechados, que segregam bairros e espaços públicos e privados, utilizam o termo segurança como ponto chave para venda de seus empreendimentos, garantindo aos moradores “segurança total”, disponíveis através de guardas noturnos, vigilantes 24h, câmeras de videomonitoramento, dentre outros elementos. A imagem que os loteamentos fechados passam aos futuros moradores é de total

liberdade dentro das instalações, sendo que do lado externo, os espaços ficam cada vez mais perigosos e vulneráveis a ações de criminosos.

A problemática da sensação de insegurança é diagnosticada em diversas cidades pelo país, que sofrem da mesma problemática abordada nesse estudo: arquitetura do medo (LIRA, 2014), sob a inserção de muros altos e enclausurados, lanças de ferro apontadas para fora da delimitação territorial e torre de vigilância. Sendo que as torres de vigilância vêm sendo reproduzidas de forma menos arcaicas nas cidades atualmente, utilizadas como forma de controle de acesso onde, não há contato entre o vigilante e o visitante do edifício.

O conceito de torre de vigilância visto atualmente reflete o conceito que Bentham (FOUCAULT, 1987) utilizava para se referenciar ao sistema prisional ideal: panóptico. Bentham analisa o que chamamos de panoptismo, ver sem ser visto, um conceito de sistema prisional com implantação circular, identificado como um novo sistema de configuração espacial, onde as selas presidiais formariam um círculo ao redor de uma torre de vigilância instalada no centro. Com o formato circular e sua forma de implantação o modelo prisional proposto por Bentham utilizaria a vigilância para inculcar nos criminosos se a torre de vigilância estaria ocupada, dissuadindo assim desde pequenos delitos, até o início de motins.

Foucault (1987) em seu livro “Vigiar e punir: nascimento da prisão”, analisa a intenção de Bentham sobre o sistema prisional, relatando a forma como o emprego desse sistema influencia a sociedade a partir da vigilância e do controle que as tecnologias exercem sobre as pessoas atualmente, se assemelhando as características do conceito trabalhado por Bentham, de ver, sem exercer a oportunidade de saber se estava sendo observado. Nesse sentido, Foucault (1987) desenvolve uma análise crítica sobre a sociedade disciplinar.

Diante da problemática da criminalidade violenta a pesquisa sobre a arquitetura do medo disponível através do portal da Universidade Federal Fluminense (UFF), ArqViol, retratou as modificações e configurações espaciais a partir da crescente violência em diversas cidades brasileiras, identificando a cultura do medo como fator preponderante nas decisões urbanas e instalações arquitetônicas e urbanísticas.

A partir da identificação e caracterização da arquitetura do medo de modo global, com o embasamento teórico previsto, foi possível identificar elementos e ações da sociedade em função do medo, como norteador de modificações seja na paisagem urbana ou nas arquiteturas residenciais, que incorporaram elementos de autoproteção de modo natural, na busca pelo fomento da sensação de segurança, enfraquecida nas cidades contemporâneas.

Considerações finais

Em virtude das análises aqui realizadas, pode-se interpretar as múltiplas formas que a arquitetura vem tomando, diante da criminalidade violenta das cidades. O quão determinante é o fato de vivenciarmos uma sociedade que convive com o medo diário e que se utiliza da facilidade na utilização de elementos para se auto proteger, gerando transformações nas paisagens urbanas.

Sob a perspectiva do *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) vimos as diversas pesquisas e autores que abordam tal conceito e buscamos entender melhor as estratégias sobre o espaço construído que possam mitigar a insegurança existente na sociedade e disseminada pela mídia. A inserção de elementos de autoproteção tem distanciado os moradores das cidades, tornando-as cada vez mais inabitáveis e inseguras, gerando arquiteturas do medo com a mescla de elementos para alcançar a segurança almejada. Reproduzimos uma série de elementos medievais e construídos dentro de fortalezas muradas e segregadas “criando enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000).

Diante do estudo feito, podemos compreender que a Arquitetura como é empregada hoje nas cidades, não exerce seu papel fundamental de determinar a qualidade de vida e ambiente cada vez mais convidativo para todos. O fato é que a arquitetura pode e deve contribuir mais para as cidades sendo utilizada como determinante nas ações urbanas, tendo em vista os pontos estratégicos do CPTED aqui explicados e que podem ajudar a mitigar a sensação de insegurança cada vez mais presente na vida cotidiana.

Referências

ARQVIOL, **Arquitetura da violência.** Disponível em: <<http://www.uff.br/arqviol/glossario.html>>. Acesso em: 24 setembro 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na Cidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BONDARUK, Roberson. **A prevenção do crime através do desenho urbano.** Curitiba-PR: Edição do Autor, 2007.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** 2. ed. São Paulo - SP: Edusp, 2000.

CPTED, Prevenção Criminal Através do Espaço Construído. **Guia de Boas Práticas.** Lisboa, PT: DGAI, 2013. Disponível em: <<http://www.veilig-ontwerp-beheer.nl/publicaties/cpted-prevencao-criminal-atraves-do-espaco-construido-guia-de-boas-praticas#>>. Acesso em: 23 setembro 2017.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FERRAZ, Sônia Maria Taddei; LIMA, Mayra; RAMOS, Paula. **As Grades na Arquitetura: da arte às armadilhas.** Rio de Janeiro, RJ: UFF, 2015. Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/espacospublicos/downloads/075_A.pdf>. Acesso em: 23 setembro 2017.

FERRAZ, Sônia Maria Taddei; SILVA, Julia; LYRA, Leticia; CAMPOS, Luiz Gustavo; RAMOS, Paula. **Arquitetura da Violência: a arquitetura antimédo como a eureka da regeneração urbana.** Rio de Janeiro, RJ: UFF, 2015. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/264/222>>. Acesso em: 04 novembro 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, Vozes, 1987.
GEHL, Jan. **Cidade para as pessoas.** Tradução: Anita Di Marco. 2º ed. São Paulo, Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes,** Ed. Martins Fontes, 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo - SP: Martins Fontes, 2000.
LIRA, Pablo. **Geografia do crime e Arquitetura do medo: Uma análise da Criminalidade Violenta e das Instâncias Urbanas.** Vitória, ES: Gráfica e Editora GSA, 2014.

NEWMAN, Oscar. **Creating defensible space**. Washington, EUA: Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research, 1996. Disponível em: <http://www.huduser.gov/publications/pdf/def.pdf>

SOUZA, Marcelo. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. 1. ed. São Paulo, SP: Bertrand, 2008.

TRASSI, Isabela; LEAL, Juliana; LIRA, Pablo. Caracterização socioeconômica e o fenômeno da criminalidade violenta: o caso do bairro Bento Ferreira e seu entorno, Vitória - ES. In: **Anais da VIII Coletânea ArqUrb UVV**. Vila Velha: UVV, 2016.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do Medo** / Yi-fu – Tuan; tradução Livia de Oliveira. - São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Artigo recebido em 31-01-2018
Artigo aceito para publicação em 17-07-2019